

Evento	Reunião do Subcomitê de Priorização de Demandas de TIC (SPDTIC)
Data	11/3/2024
Horário	14h
Local	Virtual pelo Google Meet
Presentes	<ul style="list-style-type: none">- Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do Comitê, Levi Rosa Tomé;- Secretária-Geral da Presidência, Adriana Martorano Amaral Corsetti;- Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações, Herbert Wittmann;- Representante da Corregedoria Regional, Adilson Sérgio Bertoldo Junior;- Representante da Assessoria de Apoio aos Magistrados, Aatur Torino Dalpino;- Representante da Assessoria de Gestão Estratégica, Daniel Filgueira Granato;- Representante das Secretarias de Turmas, Cintia Boteon;- Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce.
Ausências justificadas	<ul style="list-style-type: none">- Diretor-Geral, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser;- Secretário-Geral Judiciário, Paulo Eduardo de Almeida;- Secretário da Corregedoria, Vlademir Nei Suato;- Assessora de Gestão Estratégica, Iara Cristina Gomes;- Assessora da Escola Judicial, Denise Pereira Toniolo;- Assessor de Apoio aos Magistrados, Itamir Carlos Barcellos Junior.
Pauta / Assuntos	<ul style="list-style-type: none">- DED 1230- DED 1235

O Excelentíssimo Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador, Levi Rosa Tomé, iniciou a reunião do Subcomitê de Priorização de Demandas de TIC (SPDTIC) cumprimentando e agradecendo a todos pela participação.

Herbert explicou que foi entregue o DED dos gabinetes e garagens (pedido da Presidência).

Foi também feito o DED de prova de vida remota, em convênio com Ministério da Economia, com reconhecimento facial a partir da carteira de motorista.

EXE-PJe foi entregue, Quinzinho está em desenvolvimento.

O grupo, então, passou à análise dos assuntos pautados para esta reunião:

- DED 1230 - Pedido de priorização do DataJud

Herbert contou que o tempo de duração dos trabalhos ainda não está previsto, pois depende de integrar equipes do TRT8, TRT24 (projeto nacional) e TRT15 e falou da importância de levar as especificidades do Projeto Especializa e Equaliza para a solução nacional.

Adilson questionou sobre a priorização de solução regional ou colaborativa. Herbert explicou que houve reunião entre os Secretários de TIC, na qual se pediu apoio e investimento de recursos na solução nacional, de forma a atender os 24 Regionais.

As regras estarão em versão colaborativa, mas não estarão em total funcionamento para a implantação obrigatória nacional depois.

Adilson alertou que há algumas demandas possíveis, como o sistema considerar Varas e não Postos Avançados, por exemplo, o que vem de determinação do CNJ.

Herbert sugeriu integrar o grupo e acelerar o lançamento do produto nacional. No curto prazo, não há como atender totalmente os dois módulos, sendo que a forma do envio dos dados mudou e precisa ser reconstruída.

Dr. Levi mostrou preocupação com a proposta de adesão do TRT à elaboração do projeto nacional, o que pode prejudicar os objetivos do Regional quanto às suas necessidades específicas.

A equipe da TI poderia ser designada se o Subcomitê assim priorizar.

Adriana sugeriu que uma equipe seja destacada com uma pessoa de negócios e uma de TI para o projeto nacional, com o restante da equipe trabalhando na priorização regional, em atuações paralelas.

A solução do problema inicial de disparidade de dados, com 30 mil processos que o DataJud não conseguia ler corretamente, está em andamento para ser consertado. O extrator, no entanto, ainda olha a localização do processo e a forma como busca o dado precisa ser alinhada.

Os processos que tramitam em Postos Avançados passaram a ser contados na Vara de origem.

Com o Especializa, explicou o Adilson, o CNJ definiu que os processos precisam ser contados nas Varas, sendo necessário adequar o nosso extrator à atual regra de negócio do CNJ. Só corrigir os 30 mil processos não resolve todo o objeto.

Dr. Levi propôs atuar nas duas frentes, de forma colaborativa e nacional, desde que se atenda às demandas do nosso Tribunal, que é de grande porte.

Ataur comentou que aguardar solução nacional necessita que se tenha uma pessoa acompanhando, para que a solução atenda um Tribunal de grande porte.

Subcomitê concordou em indicar um servidor para grupo de negócios nacional, priorizando a solução local com equipe interna.

- DED 1235 - Pedido de priorização dos passivos de folha de pagamento, pedido da Diretoria-Geral

Herbert colocou que, no ano de 2023, o Tribunal que não enviou os dados de forma correta não conseguiu receber recursos. Ainda há alguns módulos no SIGEP pendentes, mas é necessário, por ora, priorizar solução regional para módulo de passivos de pagamento de magistrados e servidores.

O Subcomitê aprovou a priorização.

- Outros assuntos:

Cíntia trouxe o DED 990, das Secretarias de Turmas, sobre a sustentação oral, lembrando que houve alteração no Regimento Interno. Requeru que se acrescentasse um campo para que o advogado anote se é da mesma localidade ou de fora. Herbert comentou que a equipe que atende o projeto do Quinzinho poderia encaixar essa demanda e o colegiado concordou.

Herbert também comentou que chegou DED do Laboratório de Inovação para a construção do projeto CAIS. Propôs utilizar a equipe que tem trabalhado em DED da Vice-Presidência Judicial, para que, concomitantemente, trabalhe no CAIS e para as Turmas, para melhorar a rotina com um robô que preencha alguns campos automaticamente dos processos quando forem repetitivos. O Subcomitê referendou as providências em andamento.

Ao final, o Excelentíssimo Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 14h38.

Ata preparada por	Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce	Em	11/3/2024
Ata aprovada por	Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do SPDTIC, Levi Rosa Tomé	Em	11/3/2024